



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

AMPARO DO SÃO FRANCISCO/COMARCA DE CEDRO DE SÃO JOÃO DA COMARCA DE AMPARO DO SÃO FRANCISCO
Travessa Abraão Freire, Bairro Centro, Amparo do São Francisco/SE, CEP 49000000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202066100094
Número Único: 0000087-22.2020.8.25.0021
Classe: Procedimento Comum
Situação: Julgado
Processo Origem: *****

Distribuição: 25/06/2020
Competência: Amparo do São Francisco/Comarca de Cedro de São João
Fase: RECURSO
Processo Principal: *****

PARTES

Assuntos

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Liquidação / Cumprimento / Execução - Obrigações de Fazer / Não Fazer
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Atos Processuais - Citação

Dados das Partes

Requerente: MARIA LETICE VIEIRA

Endereço:

Complemento:

Bairro:

Cidade: AMPARO DE SAO FRANCISCO - Estado: SE - CEP: 49920000

Requerente: Advogado(a): EVERTON CAMPOS DE OLIVEIRA 4540/SE

Requerido: SEGURADORA LIDER

Endereço: RUA SENADOR DANTAS

Complemento: 5º andar

Bairro: CENTRO

Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20010000

Requerido: Advogado(a): KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ 2592/SE



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

AMPARO DO SÃO FRANCISCO/COMARCA DE CEDRO DE SÃO JOÃO DA COMARCA DE AMPARO DO SÃO FRANCISCO
Travessa Abraão Freire, Bairro Centro, Amparo do São Francisco/SE, CEP 49000000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apenasdos:

--

Processos Dependentes:

--



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

AMPARO DO SÃO FRANCISCO/COMARCA DE CEDRO DE SÃO JOÃO DA COMARCA DE AMPARO DO SÃO FRANCISCO
Travessa Abraão Freire, Bairro Centro, Amparo do São Francisco/SE, CEP 49000000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202066100094

DATA:

26/11/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Apelação realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO JEC DA COMARCA DE CEDRO DE SAO JOAO/SE

Processo n. 00000872220208250021

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARIA LETICE VIEIRA**, em trâmite perante este Duto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO INOMINADO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à TURMA RECURSAL.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CEDRO DE SAO JOAO, 19 de novembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE

PROCESSO ORIGINÁRIO DO JEC DA COMARCA DE CEDRO DE SAO JOAO / SE

Processo n.º 00000872220208250021

RECORRENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

RECORIDA: MARIA LETICE VIEIRA

RAZÕES DO RECURSO

COLENDIA TURMA RECURSAL,

INCLÍTOS JULGADORES,

Cuida-se de ação de cobrança de indenização de seguro obrigatório (DPVAT,) proposta pela ora Apelada, em face do Apelante, buscando o pagamento que afirma lhe ser devido em razão de acidente com veículo automotor que sofrido por seu ente querido, JOAO BATISTA SANTANA, vítima fatal de acidente automobilístico ocorrido em **27/03/2017**.

Entendeu o Nobre Juiz *a quo*, em acolher parcialmente o pedido inicial, ultrapassando a tese lançada na defesa, julgando parcialmente procedente o feito, o que merece pronta reforma, conforme se demonstrará nas presentes razões.

Data vénia, não houve com o habitual acerto o Ilustre Magistrado *a quo*, pois, conforme se passa a demonstrar, esta r. decisão não guarda sintonia com as questões de fato e de direito ventiladas nos autos.

PRELIMINARMENTE

DA NECESSIDADE DA PROCURAÇÃO SER OUTORGADA POR INSTRUMENTO PÚBLICO

É cediço que nas procurações em que o outorgante é analfabeto não comporta a outorga via instrumento particular¹, mas tão somente por instrumento público, conforme interpretação a contrario sensu do art. 654 do Código Material Civil.

¹"Acidente de Veículo. Responsabilidade extracontratual. Solidariedade. Não Reconhecimento. Illegitimidade passiva ad causam. Extinção do processo sem resolução de mérito. Impertinente a inclusão no pólo passivo da ação da empresa contratante de serviços de distribuição por ato ilícito praticado por empregado, serviços ou prepostos do agente, diante da ausência de solidariedade prevista em lei ou no contrato. Ação. Analfabeto. Procuração. Instrumento Público. Necessidade. Em se tratando de analfabeto, é obrigatória a procuração por instrumento público. (TJSP – Agravo de Instrumento nº 990.10.453486-0 – Praia Grande – 27ª Câmara de Direito Privado – Rel. Des. Gilberto Leme – Julgado em 07.12.2010) (...) No que tange à regularização processual, anote-se que, em se tratando de analfabeto, a validade do mandato judicial é condicionada à existência de instrumento público, para que se demonstre a efetiva outorga de poderes para a representação em juízo (CC, art. 654). Arnoldo Rizzato assevera que o analfabeto, "por não possuir firma, e, em decorrência, não assinar, o que torna impossível comprovar lhe pertençam os dizeres lançados no instrumento, a forma pública é imprescindível" (op. cit. 687). Arnoldo Wald enuncia que "O analfabeto só pode dar procuração por instrumento público." (Obrigações e Contratos, 13a ed., São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, p. 452). Ao tratar desse tema, Humberto Theodoro Júnior leciona que: "O instrumento público só é obrigatório para os analfabetos ou os que não tenham condições de assinar o nome." (Curso de Direito Processual Civil, vol. I, Forense, 2009, RJ, pág. 102)."

Ocorre que, *in casu*, na procuração juntada aos autos, a outorga tem sido feita por instrumento particular, não obstante a parte autora não conseguir assinar seu nome, conforme exigência daquele dispositivo legal.

Dessa feita, com o fito de evitar maiores prejuízos aos litigantes, necessário se faz a intimação da parte autora para sanar o vício contido no documento acostado no presente caderno processual.

A intimação para sanar tal vício se faz mister, pois no caso dos autos, é indubitável que a procuração outorgada é eivada de vício não produzindo, assim, nenhum efeito legal².

Assim, requer a Vossa Excelência se digne intimar a parte autora para sanar o vício contido no instrumento procuratório, sob pena de indeferimento da inicial.

DA ILEGITIMIDADE “AD CAUSAM” PARA RECEBIMENTO INTEGRAL DA INDENIZAÇÃO

Conforme se verifica pela r. sentença, o Ilustre Magistrado entendeu por condenar a recorrente a pagar a quantia **total de R\$ 13.500,00 (treze reais e quinhentos reais) a autora.**

No entanto, o que se extrai dos autos é que a Sr. **JOAO JOAQUIM DE SANTANA**, genitor da vítima, **NÃO FIGURA NA LIDE COMO AUTOR**, mas deveria **o que obsta o pagamento integral ao autores da presente ação.**

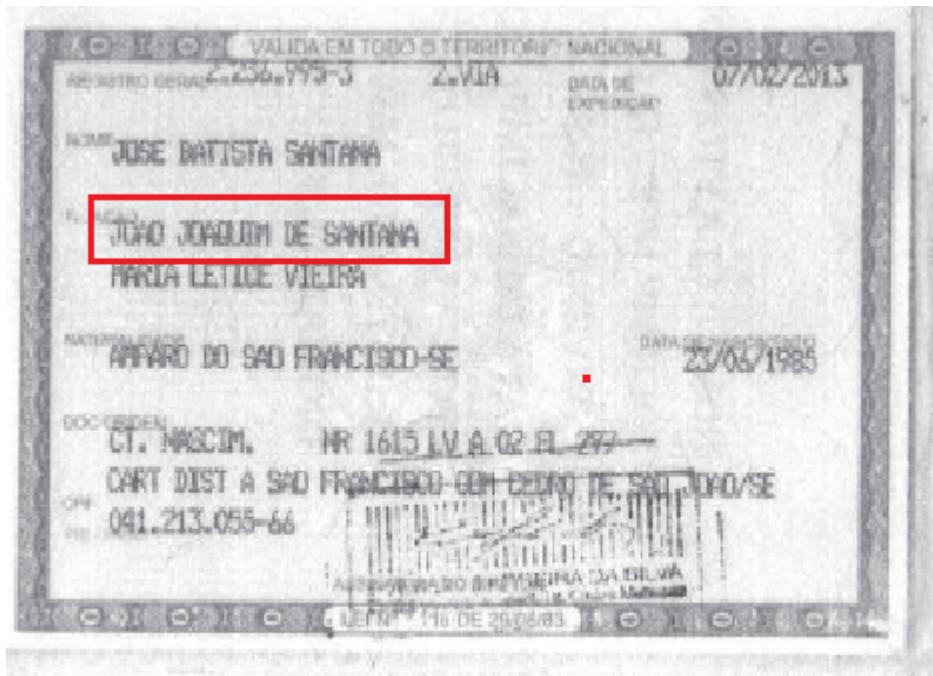
Assim, na qualidade de genitor da vítima conforme faz prova a certidão de óbito a ele faz jus parte da indenização pleiteada na presente demanda:

- TRECHO DA CERTIDO DE OBITO:

NOME JOSÉ BATISTA SANTANA		
MATRÍCULA 110932 01 55 2017 4 00001 098 0000098 - 19		
SEXO MASCULINO	COR PARDA	ESTADO CIVIL E IDADE SOLTEIRO, 31 ANOS
NATURALIDADE AMPARO DE SAO FRANCISCO-SE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO 2236995-3 SSP-SE	ELEITOR SIM
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA PAI: JOÃO JOAQUIM DE SANTANA MAE: MARIA LETICE VIEIRA RESIDÊNCIA: LAGOA SECA, S/N, ZONA RURAL, AMPARO DE SAO FRANCISCO-SE		
DATA E HORA DE FALECIMENTO VINTE E SETE DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE ÀS 10:30		DIA MÊS ANO 27 03 2017
LOCAL DE FALECIMENTO		

²Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Apelação Cível nº [\(2009.001.20283\)](#), 10ª Câmara Civil, Julgamento: 30/06/2009. “*Apelação Cível. Ação declaratória de inexistência de débito. Tarifa de esgoto. Autor-apelante que apresenta procuração sem assinatura, tendo lançado mera impressão de digital em instrumento particular de mandato. Mandatário analfabeto que deve outorgar poderes em instrumento público, conforme exegese dos arts. 215, § 2º do Código Civil e 366 do Código de Processo Civil. Inéquia injustificada após concessão de prazo para a regularização. Atos processuais inexistentes. Inteligência do arts. 13, inciso I, c/c 37, caput e § único e 38, todos do C.P.C. Recurso do qual não se conhece.*”

- RG DA VITIMA:



Salienta-se quanto a imperiosa necessidade de se verificar que a postulante ora recorrida, não é a única beneficiária e, com isso, **não possui direito a pleitear a verba indenizatória do Seguro Obrigatório DPVAT, em sua totalidade.**

Quanto a legislação que rege a matéria, a Lei 11.482/07, deu nova redação ao artigo 4º da Lei 6.194 e estabeleceu que a indenização, no caso de morte, será paga de acordo com o disposto no artigo 792 do Código Civil.

Considerando que o artigo 792 do Código Civil prevê que metade da indenização será paga ao cônjuge / companheiro(a), e o restante será divido entre os herdeiros, imperioso se verificar que o genitor, também se enquadra na qualidade de beneficiária da vítima, contudo, como não é parte na presente demanda, deverá ser resguardada a sua parte, de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais).

Tal situação se impõe, para que no futuro a Ré, ou qualquer outra Sociedade Seguradora participante do “pool” do Convênio DPVAT, não seja compelida a efetuar o pagamento do mesmo valor já pago nesta demanda, pois não observada que ainda existe outra beneficiária.

Desta forma, ante a comprovada existência do genitor do falecido, como é dele o direito sobre metade do valor indenizatório, incabível a condenação da Seguradora ao pagamento integral ao recorrido, deve ser observado que somente metade da indenização deve ser concedida a este.

Assim, requer a reforma da sentença para que seja excluída da condenação da recorrente, a parte cabível ao genitor do falecido, de maneira que a condenação não pode ser superior a R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais).

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “*a quo*”, dando provimento ao presente recurso.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CEDRO DE SAO JOAO, 19 de novembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINA MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o nº 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**, inscrito na **2592 - OAB/SE** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **MARIA LETICE VIEIRA**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **CEDRO DE SAO JOAO**, nos autos do Processo nº 00000872220208250021.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/SE 780-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINA MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Parágrafo único. Na falta das pessoas indicadas neste artigo, serão beneficiários os que provarem que a morte do segurado os privou dos meios necessários à subsistência.

Instruções:

1. Use impressora jato de tinta ou laser em qualidade normal ou alta. Não use modo econômico.
2. Utilize papel A4 (210 x 297 mm) ou Carta (216 x 279 mm) e margens mínimas à esquerda e à direita.
3. Corte na linha indicada. Não rasure ou dobre a região onde se encontra o código de barras.

**RECEBO DO PAGADOR**

Local de Pagamento: PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO					Vencimento : 15/12/2020
Beneficiário TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE CNPJ: 13.166.970/0001-03 END.: Praça Fausto Cardoso, 112 Centro, Aracaju/SE, CEP 49010-080					Agência / Cod. Beneficiário 034 / 244001582
Data do documento: 25/11/2020	No. do documento 10387921	Espécie doc. 99	Aceite S	Data Processamento : 25/11/2020	Nosso Número 103879212
Uso do Banco	Carteira CS	Moeda R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 782,97
Se o pagamento for no BANESE a sua liberação será em 24 horas. Se for em outros Bancos, a liberação poderá demorar até 72 horas. Número da Guia: 202011100806 Nome da Comarca: Cedro de São João Número do Processo: 202066100094 Valor da Causa (R\$): 13.500,00 Valor Custas (R\$): 386,98 Valor da Taxa Judiciária (R\$): 202,50 Valor do Preparo (R\$): 172,76 Valor da Taxa de Distribuição (R\$): 20,73 Valor das Custas dos Oficiais(R\$): 0,00 Tipo: Recolh. Juizado					
PAGADOR: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA 09248608000104 Rua Senador Dantas, nº 74 -5º Andar,Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-201 CENTRO RIO DE JANEIRO RJ 20031201					CNPJ: Autenticação Mecânica
SACADOR/AVALISTA:					

Via - Parte

Local de Pagamento: PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO					Vencimento : 15/12/2020
Beneficiário TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE CNPJ: 13.166.970/0001-03 END.: Praça Fausto Cardoso, 112 Centro, Aracaju/SE, CEP 49010-080					Agência / Cod. Beneficiário 034 / 244001582
Data do documento: 25/11/2020	No. do documento 10387921	Espécie doc. 99	Aceite S	Data Processamento : 25/11/2020	Nosso Número 103879212
Uso do Banco	Carteira CS	Moeda R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 782,97
Número da Guia: 202011100806 Nome da Comarca: Cedro de São João Número do Processo: 202066100094 Valor da Causa (R\$): 13.500,00 Valor Custas (R\$): 386,98 Valor da Taxa Judiciária (R\$): 202,50 Valor do Preparo (R\$): 172,76 Valor da Taxa de Distribuição (R\$): 20,73 Valor das Custas dos Oficiais(R\$): 0,00 Tipo: Recolh. Juizado					
PAGADOR: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA 09248608000104 Rua Senador Dantas, nº 74 -5º Andar,Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-201 CENTRO RIO DE JANEIRO RJ 20031201					CNPJ: Autenticação Mecânica
SACADOR/AVALISTA:					

Via - Cartório

Local de Pagamento: PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO					Vencimento : 15/12/2020					
Beneficiário TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE CNPJ: 13.166.970/0001-03 END.: Praça Fausto Cardoso, 112 Centro, Aracaju/SE, CEP 49010-080					Agência / Cod. Beneficiário 034 / 244001582					
Data do documento: 25/11/2020	No. do documento 10387921	Espécie doc. 99	Aceite S	Data Processamento : 25/11/2020	Nosso Número 103879212					
Uso do Banco	Carteira CS	Moeda R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 782,97					
Instruções <table border="1" style="float: right; width: 150px;"> <tr><td>(-) Descontos/ Abatimento</td></tr> <tr><td>(-) Outras Deduções</td></tr> <tr><td>(+) Mora/ Multa</td></tr> <tr><td>(+) Outros Acréscimos</td></tr> <tr><td>(=) Valor Cobrado</td></tr> </table>						(-) Descontos/ Abatimento	(-) Outras Deduções	(+) Mora/ Multa	(+) Outros Acréscimos	(=) Valor Cobrado
(-) Descontos/ Abatimento										
(-) Outras Deduções										
(+) Mora/ Multa										
(+) Outros Acréscimos										
(=) Valor Cobrado										
Número da Guia: 202011100806 Nome da Comarca: Cedro de São João Número do Processo: 202066100094 Valor da Causa (R\$): 13.500,00 Valor Custas (R\$): 386,98 Valor da Taxa Judiciária (R\$): 202,50 Valor do Preparo (R\$): 172,76 Valor da Taxa de Distribuição (R\$): 20,73 Valor das Custas dos Oficiais(R\$): 0,00 Tipo: Recolh. Juizado										
Não receber após vencimento										
PAGADOR: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA 09248608000104 Rua Senador Dantas, nº 74 -5º Andar,Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-201 CENTRO RIO DE JANEIRO RJ 20031201					CNPJ: Autenticação Mecânica					
SACADOR/AVALISTA:										

Via - Banco



25/11/2020 - BANCO DO BRASIL - 15:11:19
125101251 0010

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: J BARBOSA ADVOGADOS ASS

AGENCIA: 1251-3 CONTA: 31.969-4

=====

BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A

0479342446001582103857921204789288470000078297

BENEFICIARIO:

SERGIPE JUSTICA ESTADUAL DE SEGUNDA

NAME FANTASIA:

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SE

CNPJ: 13.166.970/0001-03

BENEFICIARIO FINAL:

Tribunal de Justica do Estado de Se

CNPJ: 13.166.970/0001-03

PAGADOR:

SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SE

CNPJ: 09.248.608/0001-04

NR. DOCUMENTO 112.504

DATA DE VENCIMENTO 15/12/2020

DATA DO PAGAMENTO 25/11/2020

VALOR DO DOCUMENTO 782,97

VALOR COBRADO 782,97

=====

NR.AUTENTICACAO 5.076.589.18D.A06.31C

=====

Central de Atendimento BB

4004 0001 Capitais e regioes metropolitanas

0800 729 0001 Demais localidades.

Consultas, informacoes e servicos transacionais.

SAC BB

0800 729 0722

Informacoes, reclamacoes, cancelamento de
produtos e servicos.

Ouvidoria

0800 729 5678

Reclamacoes nao solucionadas nos canais
habitualis agencia, SAC e demais canais de
atendimento.

Atendimento a Deficientes Auditivos ou de Fala

0800 729 0088

Informacoes, reclamacoes, cancelamento de cartao,
outros produtos e servicos de Ouvidoria.